

OFICINA DE INCLUSÃO DIGITAL MOBILE +40: TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ALFABETIZAÇÃO E AUTONOMIA NA EJA

Jhonatan Alan Vieira Ribeiro ¹
Nayar Ribeiro Farias Soares ²

RESUMO

A inclusão digital é um dos principais desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente para estudantes com mais de 40 anos, que muitas vezes apresentam dificuldades no uso de tecnologias digitais. Este trabalho analisa a Oficina de Inclusão Digital Mobile +40, desenvolvida no Centro Educacional Sesc Ler Salinópolis, no estado do Pará, com o objetivo de promover a alfabetização digital, a autonomia e o protagonismo por meio do uso pedagógico do smartphone. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, com participação voluntária de alunos da EJA acima de 40 anos. A oficina totalizou 30 horas, estruturadas em metodologias ativas e tarefas contextualizadas, envolvendo práticas como envio de mensagens, realização de chamadas de vídeo e utilização de aplicativos de comunicação, saúde, finanças e serviços públicos. A coleta de dados ocorreu por meio de observação, registros das atividades e relatos espontâneos, analisados pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram avanços significativos no letramento digital, na autonomia e na interação social dos estudantes, além do acesso ampliado a direitos sociais mediados por plataformas digitais. Conclui-se que o smartphone, quando integrado ao processo educativo da EJA, ultrapassa o uso instrumental e se torna mediador de cidadania, contribuindo para a democratização do conhecimento e para a inclusão social.

Palavras-chave: Inclusão digital; EJA; Alfabetização digital; Smartphone; Cidadania.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada pela presença constante da tecnologia digital, que se tornou requisito fundamental para a participação cidadã, o acesso a serviços e a inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, a inclusão digital se configura como um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade urgente, sobretudo entre os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Muitos desses estudantes, em especial aqueles acima de 40 anos, não tiveram a oportunidade de vivenciar processos de alfabetização mediados pela tecnologia ao longo da vida, o que gera barreiras no uso de dispositivos móveis e limita sua autonomia no mundo digital.

¹ Professor no Centro Educacional Sesc Ler Salinópolis - PA, jribeiro@pa.sesc.com.br;

² Orientadora Pedagógica no Centro Educacional Sesc Ler Salinópolis - PA, nsoares@pa.sesc.com.br;



O smartphone tem se consolidado como recurso acessível e multifuncional, possibilitando comunicação, socialização e acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, lazer e finanças. No entanto, grande parte dos alunos da EJA ainda apresenta dificuldades em explorar plenamente essas ferramentas, utilizando-as de forma restrita, muitas vezes apenas para envio de mensagens de áudio em aplicativos como o WhatsApp. Esse dado revela a necessidade de práticas pedagógicas que incentivem o desenvolvimento do letramento digital, favorecendo tanto a alfabetização quanto a autonomia social.

A Oficina de Inclusão Digital Mobile +40 surge nesse cenário como uma experiência pedagógica voltada para a aproximação entre os alunos da EJA e a tecnologia, por meio de metodologias ativas, contextualizadas e centradas na realidade dos participantes. A proposta buscou introduzir o uso básico de funções do celular, como chamadas, mensagens de texto e vídeo, além do manuseio de aplicativos essenciais para o cotidiano. Ao mesmo tempo, procurou-se promover a alfabetização digital e estimular a escrita em meios eletrônicos, fortalecendo o protagonismo dos estudantes e sua capacidade de interação social.

Os resultados obtidos evidenciam avanços significativos no processo de apropriação tecnológica, refletindo em melhorias na comunicação, na participação em redes sociais e no acesso a serviços públicos digitais. Dessa forma, a oficina reafirma a inclusão digital como um instrumento pedagógico essencial na EJA, não apenas como meio de alfabetização, mas também como estratégia de valorização da cidadania e de inserção social dos sujeitos historicamente excluídos do universo digital.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, cujo objetivo central foi compreender de que maneira a apropriação de dispositivos móveis impacta no processo de alfabetização e na construção da autonomia de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com idade superior a 40 anos. O estudo se concretizou por meio da realização da Oficina, implementada no Centro Educacional Sesc Ler Salinópolis - unidade do Serviço Social do Comércio (SESC) localizada na zona rural do Município de Salinópolis no estado do Pará.

Os sujeitos da pesquisa foram alunos regularmente matriculados na EJA, das turmas de Alfabetização e 1ª e 2ª Etapa dos anos iniciais do ensino Fundamental, todos



com mais de 40 anos, que aderiram voluntariamente à proposta. A seleção dos participantes ocorreu de forma espontânea, respeitando o interesse individual em aprimorar o uso do smartphone como ferramenta de comunicação e prática social, aspecto que reforça o caráter inclusivo e participativo da iniciativa.

A oficina foi estruturada em encontros presenciais, cada um com duração média de 3 horas, totalizando 30 horas de atividades ao longo do processo. O planejamento metodológico seguiu a perspectiva das metodologias ativas, valorizando a participação do estudante como protagonista do seu aprendizado. As atividades foram elaboradas de forma contextualizada, buscando aproximar os conteúdos do cotidiano dos alunos. Entre as práticas realizadas, destacaram-se o envio de mensagens de texto, o uso de chamadas de vídeo e a exploração de aplicativos relacionados a comunicação, saúde e serviços públicos, de modo a favorecer a alfabetização digital em situações reais de necessidade.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizaram-se registros em sala de aula, observação direta das interações e relatos espontâneos dos estudantes durante a oficina. A análise foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar avanços no letramento digital, na autonomia e na participação social dos participantes.

No que se refere às considerações éticas, a pesquisa garantiu a preservação do anonimato e a confidencialidade das informações dos alunos, assegurando que os dados fossem utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo e aceitaram participar de forma voluntária e consciente, respeitando os princípios éticos que norteiam a pesquisa em educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa papel estratégico na garantia do direito à educação no Brasil. Prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a modalidade busca atender aqueles que, por diferentes motivos, não concluíram sua escolarização na idade regular. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), a EJA deve ser compreendida



como política pública de reparação, equidade e inclusão, uma vez que visa corrigir desigualdades históricas no acesso à educação.

Os sujeitos que frequentam a EJA trazem consigo uma trajetória marcada por interrupções escolares, inserção precoce no mercado de trabalho e experiências diversas de exclusão social (Paiva, 2019). Esses fatores demandam propostas pedagógicas que considerem a realidade concreta dos estudantes, valorizando seus saberes prévios e proporcionando aprendizagens significativas. Nesse contexto, a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) torna-se não apenas uma inovação, mas uma necessidade, pois responde às demandas do mundo contemporâneo.

A Educação de Jovens e Adultos precisa lidar com desafios de permanência e motivação. Muitos estudantes enfrentam jornadas de trabalho extensas e têm pouco tempo disponível para os estudos. Para Arroyo (2005), a escola que acolhe jovens e adultos deve flexibilizar currículos e metodologias, construindo um espaço que valorize os tempos, ritmos e identidades dos alunos. A tecnologia pode se tornar uma aliada nesse processo, oferecendo recursos que se aproximam do cotidiano dos estudantes e estimulam sua participação.

Compreender os desafios da EJA significa reconhecer a necessidade de práticas educativas contextualizadas, inclusivas e abertas às transformações sociais. No século XXI, isso inclui, de maneira indissociável, a incorporação da cultura digital e o fortalecimento de competências para a vida em sociedade, reafirmando a função social da escola como promotora de cidadania.

Nesse sentido, a Proposta Pedagógica da EJA do Sesc reforça a necessidade de compreender jovens, adultos e idosos como sujeitos históricos e protagonistas de seus percursos formativos, valorizando saberes, trajetórias e contextos de vida (SESC, 2024).

INCLUSÃO DIGITAL COMO DIREITO E POLÍTICA PÚBLICA

A inclusão digital deve ser compreendida como um direito social, pois possibilita o acesso à informação, à comunicação e ao exercício da cidadania em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia. Para Lévy (2010), a cibercultura representa uma nova forma de organização social baseada no compartilhamento de informações e na interatividade, o que exige das instituições educativas a tarefa de preparar os sujeitos para essa realidade.



No Brasil, a criação da Política Nacional de Educação Digital (PNED), em 2023, representou um marco legal importante ao consolidar a inclusão digital como direito e ao estruturar quatro eixos: inclusão digital, educação digital escolar, capacitação e pesquisa e desenvolvimento. Essa política reforça que a educação deve oferecer condições para que todos, inclusive os estudantes da EJA, desenvolvam competências digitais (BRASIL, 2023). Segundo Kenski (2012), não basta apenas garantir o acesso físico às tecnologias: é fundamental propor práticas pedagógicas que possibilitem o uso crítico, criativo e contextualizado dos recursos tecnológicos.

Estudos recentes evidenciam os avanços, mas também as desigualdades persistentes. O Cetic.br (2024) apontou que 88% da população brasileira com 10 anos ou mais já utilizava a internet, com destaque para o crescimento entre pessoas mais velhas. Entretanto, o mesmo relatório evidenciou disparidades regionais e de renda: enquanto nas classes A e B a conexão se aproxima da universalização, nas classes C, D e E ainda existem lacunas significativas. Esses dados demonstram que, mesmo diante da popularização da tecnologia, ainda há exclusão digital que afeta diretamente os estudantes da EJA.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL

O conceito de alfabetização está historicamente relacionado ao domínio da leitura e da escrita. No entanto, em uma sociedade permeada por tecnologias digitais, esse conceito se expande para o letramento digital, que, segundo Soares (2002), refere-se à capacidade de usar a escrita em diferentes suportes e linguagens, em contextos sociais reais. Nesse sentido, alfabetizar digitalmente não significa apenas ensinar a utilizar teclados e telas, mas possibilitar que os sujeitos compreendam, produzam e interajam de forma crítica em ambientes digitais.

Na EJA, o letramento digital assume uma função ainda mais central. Muitos estudantes dessa modalidade apresentam defasagens históricas na leitura e na escrita, o que limita sua participação social. Ao mesmo tempo, a presença de celulares no cotidiano cria oportunidades para práticas pedagógicas inovadoras. Moran (2015) defende que a aprendizagem mediada pela tecnologia deve ser significativa, ou seja, vinculada às experiências de vida do aluno. Assim, ao incentivar o uso de mensagens escritas em aplicativos já familiares, como o WhatsApp, cria-se um ambiente favorável ao desenvolvimento do letramento digital.



Freire (1996) contribui com essa perspectiva ao afirmar que a educação deve promover a autonomia e o protagonismo dos sujeitos. Ao alfabetizar digitalmente, o educador não apenas ensina a operar dispositivos, mas possibilita que o estudante se reconheça como produtor de conhecimento e agente de transformação. Esse movimento é essencial para a construção da cidadania, uma vez que o acesso e o uso consciente das tecnologias ampliam as formas de participação social.

A alfabetização digital deve ser compreendida como processo contínuo. Como destaca Buzato (2009), o letramento digital não é um estado fixo, mas um conjunto de práticas que se transformam constantemente à medida que surgem novas tecnologias e linguagens. Para a EJA, isso significa que o trabalho com tecnologia deve ser permanente, atualizando-se de acordo com as necessidades e os avanços sociais.

O SMARTPHONE COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EJA

O smartphone se consolidou como o dispositivo mais presente no cotidiano dos brasileiros. Pesquisa do IBGE (2025) revelou que 88,9% da população com 10 anos ou mais possuía celular, com crescimento expressivo entre idosos. Esse dado é significativo para a EJA, pois indica que o celular, mais do que qualquer outro dispositivo, está ao alcance do público atendido.

Castells (2018) argumenta que vivemos em uma sociedade em rede estruturada pela comunicação móvel, onde o acesso ao celular é indispensável para a interação social. Nesse sentido, o uso pedagógico do smartphone na EJA não apenas facilita a aprendizagem, mas também promove a inclusão social e a cidadania digital. O celular deixa de ser visto como instrumento de lazer ou distração e passa a ser reconhecido como recurso didático e de empoderamento.

Na prática, oficinas que exploram funções básicas — como chamadas, envio de mensagens, uso de aplicativos de bancos, saúde e comunicação — têm demonstrado resultados positivos na ampliação da autonomia e no fortalecimento das competências digitais dos estudantes. Santos e Pinto (2025) observaram que metodologias ativas vinculadas ao uso do celular potencializam o engajamento e o protagonismo, desde que os conteúdos estejam conectados às demandas concretas da vida dos alunos.

Moran (2015) reforça que a tecnologia só se torna significativa quando vinculada ao contexto do estudante. Dessa forma, ao trabalhar com aplicativos já presentes no cotidiano, como o WhatsApp, o educador consegue transformar o uso espontâneo em



aprendizagem estruturada. O exemplo da Oficina Mobile +40 confirma essa perspectiva, ao incentivar os alunos a irem além do envio de áudios e a desenvolverem práticas de escrita digital, ampliando suas formas de comunicação.

DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA MEDIADOS PELO SMARTPHONE

O exercício da cidadania na contemporaneidade está cada vez mais associado à capacidade de acessar e utilizar recursos digitais. O conceito de cidadania digital refere-se à participação ativa dos sujeitos em uma sociedade mediada por tecnologias, englobando tanto o direito de acesso quanto a possibilidade de interagir com serviços, informações e políticas públicas (MOSSBERGER; TOLBERT; MCNEAL, 2008). Nesse contexto, o smartphone se apresenta como uma ferramenta central, pois concentra múltiplas funcionalidades em um único dispositivo, permitindo que indivíduos acessem serviços de saúde, educação, transporte, lazer e assistência social.

No Brasil, o celular se consolidou como principal porta de entrada para o exercício de direitos sociais. Aplicativos como Meu SUS Digital e Gov.br têm facilitado o acesso a serviços públicos, enquanto plataformas financeiras possibilitam o recebimento de benefícios. Segundo dados do Cetic.br (2024), aproximadamente 78% dos idosos utilizavam um telefone celular em 2024, representando o maior crescimento entre os grupos etários. Esse avanço evidencia que o aparelho móvel deixou de ser apenas um instrumento de comunicação e passou a se configurar como elemento essencial para a inclusão social, especialmente entre públicos historicamente excluídos.

Ao mesmo tempo, a literatura aponta que a desigualdade digital ainda limita a efetivação plena da cidadania. Para Warschauer (2006), a inclusão digital deve ser entendida não apenas como acesso ao equipamento, mas como a possibilidade de usar a tecnologia de forma significativa, ou seja, para resolver demandas reais do cotidiano. Nesse sentido, a alfabetização digital deve ir além do uso instrumental e favorecer práticas que possibilitem o engajamento crítico dos sujeitos em diferentes dimensões sociais, políticas e econômicas.

No caso da EJA, a integração do smartphone ao processo educativo fortalece diretamente a cidadania dos estudantes. Muitos alunos dessa modalidade dependem do celular para acessar programas sociais, buscar oportunidades de emprego e manter comunicação com parentes distantes. Ao aprenderem a manusear aplicativos de mensagens, bancos e saúde, ampliam não apenas suas competências digitais, mas também



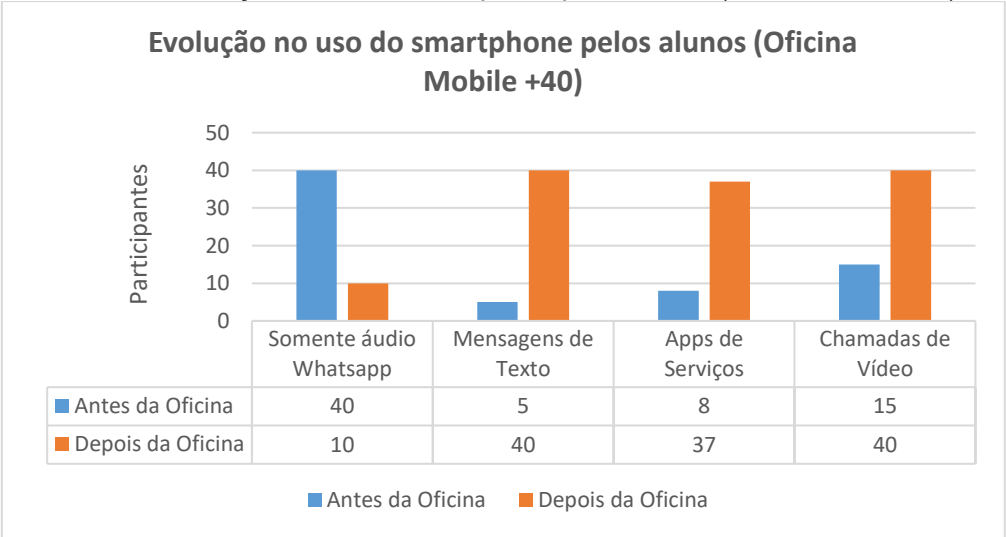
sua capacidade de reivindicar e exercer direitos básicos. Isso se articula à perspectiva freireana, segundo a qual a educação deve favorecer a autonomia e o protagonismo dos sujeitos (FREIRE, 1996).

Assim, a utilização pedagógica do smartphone, como proposta na Oficina Mobile +40, não se restringe a um processo de alfabetização tecnológica, mas constitui um instrumento de fortalecimento da cidadania e de inclusão social. O celular, nesse sentido, é mediador de direitos, permitindo que estudantes da EJA se reconheçam como sujeitos digitais ativos, capazes de participar da vida comunitária e de acessar recursos indispensáveis para sua integração plena à sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização da Oficina de Inclusão Digital Mobile +40 possibilitou a identificação de avanços significativos no uso do smartphone pelos sujeitos da EJA, que, em sua maioria, apresentavam inicialmente um domínio restrito das funções do dispositivo. Antes da intervenção, a prática mais comum observada era o envio de mensagens de áudio em aplicativos de comunicação, sobretudo o WhatsApp, o que evidenciava limitações no desenvolvimento da leitura e da escrita digital. Com o decorrer das atividades, foi possível estimular os estudantes a explorarem novas funcionalidades, como a utilização do teclado virtual, o envio de mensagens de texto, a realização de chamadas de vídeo, além do uso de aplicativos e serviços essenciais para o dia a dia.

Gráfico 1: Evolução no uso do smartphone pelos alunos (Oficina Mobile +40)



Fonte: do autor (2025)

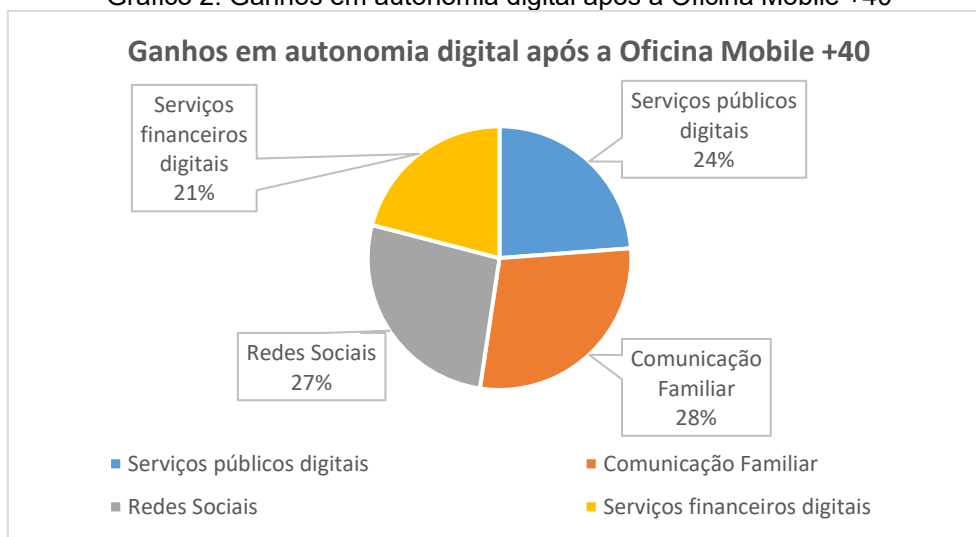


Esses avanços dialogam com os princípios estruturantes da Proposta Pedagógica da EJA do Sesc, que orienta para práticas educativas voltadas à emancipação, ao protagonismo e à inclusão social (SESC, 2024).

Esse movimento ampliou as formas de comunicação dos participantes e representou um avanço concreto em direção ao letramento digital, em consonância com a perspectiva de Soares (2002), que compreende o letramento como prática social vinculada a contextos reais de uso.

Além do desenvolvimento de habilidades técnicas, os resultados apontaram para um fortalecimento da autonomia digital dos estudantes. Relatos espontâneos revelaram que muitos participantes, antes da oficina, dependiam de familiares para realizar atividades básicas em ambientes virtuais, como acessar aplicativos bancários, efetuar agendamentos médicos, consultar informações sobre benefícios sociais ou simplesmente acessar as redes sociais. Após a experiência formativa, foi possível observar uma maior independência na execução dessas tarefas, o que repercutiu diretamente no aumento da autoestima e na redução da sensação de exclusão tecnológica.

Gráfico 2: Ganhos em autonomia digital após a Oficina Mobile +40



Fonte: do autor (2025)

Esses achados dialogam com Kenski (2012), ao destacar que as tecnologias, quando utilizadas pedagogicamente, podem se transformar em instrumentos de emancipação, e com Freire (1996), que ressalta a importância da autonomia como princípio orientador da prática educativa.



Outro aspecto relevante identificado foi a ampliação da participação social dos alunos, que passaram a interagir com mais frequência em redes sociais e a integrar grupos de interesse comunitário. Esse engajamento digital contribuiu para o fortalecimento de vínculos sociais e para a circulação de informações relevantes em seus contextos de vida. Tais resultados confirmam a análise de Castells (2018), segundo a qual a comunicação móvel exerce papel fundamental na constituição da sociedade em rede, ampliando o acesso à informação e as possibilidades de interação social.

Os dados revelaram que a apropriação do smartphone não apenas contribuiu para a alfabetização digital, mas também favoreceu o exercício da cidadania e o acesso a direitos sociais. Muitos alunos relataram que passaram a utilizar aplicativos governamentais e serviços públicos digitais, como plataformas de saúde, previdência e benefícios sociais, atividades que antes eram mediadas por terceiros. Essa constatação confirma a análise de Mossberger, Tolbert e McNeal (2008), para os quais o conceito de cidadania digital envolve a participação social por meio do uso efetivo das tecnologias. Ao mesmo tempo, reafirma a importância da Política Nacional de Educação Digital (BRASIL, 2023), que reconhece o acesso e o letramento digital como condições fundamentais para a inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Oficina de Inclusão Digital Mobile +40 demonstrou que o uso pedagógico do smartphone pode se consolidar como uma estratégia eficaz para promover alfabetização digital, autonomia e protagonismo entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) acima de 40 anos. A experiência evidenciou que, ao partir de atividades simples e contextualizadas, como o envio de mensagens de texto, o uso de chamadas de vídeo e a exploração de aplicativos relacionados a serviços do cotidiano, foi possível ampliar significativamente as competências digitais dos participantes e reduzir barreiras que antes limitavam sua interação com o mundo tecnológico.

Os resultados alcançados mostraram que a inclusão digital, quando trabalhada a partir de metodologias ativas e práticas significativas, repercute de maneira ampla na vida dos estudantes. Do ponto de vista pedagógico, observou-se o fortalecimento do letramento digital; no aspecto pessoal, destacou-se o aumento da autoestima e da independência; no campo social, constatou-se maior engajamento comunitário; e, no plano da cidadania, registrou-se o acesso mais efetivo a serviços públicos digitais. O



smartphone, portanto, deixou de ser apenas um dispositivo de comunicação e tornou-se mediador de direitos sociais, condição indispensável para que os alunos da EJA exerçam plenamente sua cidadania em uma sociedade cada vez mais digitalizada.

Ao mesmo tempo, a oficina revelou que ainda existem desafios a serem superados, especialmente no que se refere à permanência de desigualdades de acesso e ao ritmo diferenciado de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, a experiência sugere a necessidade de continuidade e ampliação de iniciativas semelhantes, com maior carga horária, diversificação de aplicativos e inclusão de temáticas relacionadas à segurança digital, cidadania crítica e uso ético das tecnologias.

Conclui-se, portanto, que a inclusão digital deve ser reconhecida como eixo fundamental da EJA, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Educação Digital. Mais do que ensinar a operar ferramentas tecnológicas, trata-se de promover a inserção plena dos sujeitos no mundo digital, garantindo o acesso a direitos sociais básicos e ampliando suas possibilidades de participação social e exercício da cidadania. Essa experiência reforça o alinhamento com a Proposta Pedagógica da EJA do Sesc (2024), que aponta para a construção de práticas educativas que ampliem o direito à educação integral e fortaleçam a participação cidadã de públicos historicamente vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Digital (PNED). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023.
- BUZATO, Marcelo E. K. *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- CETIC.BR. *Pesquisa sobre o uso das TIC no Brasil*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024.



CETIC.BR. *Pesquisa sobre o uso das TIC no Brasil: TIC Domicílios 2024*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/>. Acesso em: 8 set. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Educação de Jovens e Adultos: o campo e a pesquisa*. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: TIC 2025*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MORAN, José Manuel. *Metodologias ativas para uma aprendizagem mais significativa*. In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (orgs.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2015.

MOSSBERGER, Karen; TOLBERT, Caroline J.; MCNEAL, Ramona S. *Digital citizenship: the internet, society, and participation*. Cambridge: MIT Press, 2008.

PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos: direitos e práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Ana Lúcia; PINTO, Ricardo. Inclusão digital e cidadania na EJA: experiências com o uso do smartphone. *Revista Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 45-63, 2025.

SESC. Departamento Nacional. *Proposta pedagógica: educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2024. 240 p. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/multimedia/publicacoes>. Acesso em: 8 set. 2025.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WARSCHAUER, Mark. *Technology and social inclusion: rethinking the digital divide*. Cambridge: MIT Press, 2006.

